

# Casa do Menino Jesus de Praga

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 e 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Assurance Services Ltda.  
Av. Carlos Gomes, 258 - 6º andar  
90480-000 - Porto Alegre/RS – Brasil  
Caixa Postal 18511 – CEP 90480-000 – Porto Alegre/RS - Brasil  
Telefone +55 (51) 3327-0200  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Administradores da  
Casa do Menino Jesus de Praga  
Porto Alegre - RS**

## Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa do Menino Jesus de Praga (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa do Menino Jesus de Praga em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.n e 11, as doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e subvenções destinados ao custeio das atividades da Entidade são contabilizadas em contas de receitas no momento de seu recebimento, enquanto as doações, subvenções e contribuições patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido, na rubrica de patrimônio social. Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade reconheceu o montante de R\$ 230.282 como doações patrimoniais diretamente no patrimônio líquido. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam que essas doações devem ser reconhecidas no resultado do exercício. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, o valor apresentado como receitas com doações recebidas e o resultado do exercício, apresentam-se diminuídos em R\$ 230.282.

O relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 conteve modificação relacionada a esse assunto. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência dos efeitos desse assunto sobre a

comparabilidade dos valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de agosto de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC SP-023228/F-5



André Luiz de Godoy

Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

## Casa do Menino Jesus de Praga

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	199.014	337.910	Fornecedores		103.058	109.642
Aplicações financeiras	5	843.631	866.187	Obrigações sociais e trabalhistas	10	359.439	302.963
Recursos vinculados a projetos	6	206.804	780.516	Obrigações tributárias		22.771	14.767
Estoques	7	328.439	419.540	Convênios a realizar	6	346.012	967.803
Adiantamentos a fornecedores		6.793	21.275	Receitas diferida	8	89.858	30.000
Despesas antecipadas		1.934	1.942				
Outras contas a receber		144.221	64.278			921.138	# 1.425.175
<b>Total do circulante</b>		<b>1.730.836</b>	<b>2.491.648</b>	<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	12	12.000	30.000	Receita diferida	8	779.217	215.171
Aplicações financeiras vinculadas	5	1.293.728	1.237.516	Provisão para contingências	12	-	42.043
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.305.728</b>	<b>1.267.516</b>	<b>Total do não circulante</b>		<b>779.217</b>	<b>257.214</b>
Imobilizado	8	9.545.724	9.444.827	<b>Patrimônio líquido</b>			
Propriedade para investimento	9	1.897.800	1.999.960			12.661.057	13.392.097
		11.443.524	11.444.787	Patrimônio social	13	118.676	129.465
				Ajuste de avaliação patrimonial			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>12.749.252</b>	<b>12.712.303</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>12.779.733</b>	<b>13.521.562</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>14.480.088</b>	<b>15.203.951</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>14.480.088</b>	<b>15.203.951</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Casa do Menino Jesus de Praga

## Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receitas operacionais</b>	14	<u>5.916.201</u>	<u>6.016.539</u>
Custos e despesas operacionais			
Despesas com abrigados	16	(1.384.335)	(1.230.206)
Despesas administrativas	17	(1.777.405)	(1.700.043)
Despesas com pessoal	18	(3.689.601)	(3.358.708)
Despesas tributárias		(10.865)	(8.059)
Outras receitas (despesas), líquidas	15	<u>140.072</u>	<u>68.085</u>
<b>Despesas operacionais líquidas</b>		<u><b>(6.722.134)</b></u>	<u><b>(6.228.931)</b></u>
(Déficit) operacional antes do resultado financeiro		<u><b>(805.933)</b></u>	<u><b>(212.392)</b></u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras		(28.667)	(30.872)
Receitas financeiras		<u>92.771</u>	<u>16.276</u>
Resultado financeiro líquido		<u><b>64.104</b></u>	<u><b>(14.596)</b></u>
<b>Déficit do exercício</b>		<u><b>(741.829)</b></u>	<u><b>(226.988)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Casa do Menino Jesus de Praga

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em Reais)

	2021	2020
Déficit do exercício	(741.829)	(226.988)
Outros resultados abrangentes	_____ -	_____ -
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>(741.829)</u></b>	<b><u>(226.988)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Casa do Menino Jesus de Praga

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em Reais)

	Nota	Patrimônio Social	Avaliação Patrimonial	Superávits (déficits) Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>13.378.014</b>	<b>140.254</b>	<b>-</b>	<b>13.518.268</b>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	13	-	(10.789)	10.789	-
Déficit do exercício		-	-	(226.988)	(226.988)
Doações recebidas para a construção da nova sede e fundo de reserva	11	230.282	-	-	230.282
Incorporação do déficit ao patrimônio social		(216.199)	-	216.199	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>13.392.097</b>	<b>129.465</b>	<b>-</b>	<b>13.521.562</b>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	13	-	(10.789)	10.789	-
Déficit do exercício		-	-	(741.829)	(741.829)
Incorporação do déficit ao patrimônio social		(731.040)	-	731.040	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>12.661.057</b>	<b>118.676</b>	<b>-</b>	<b>12.779.733</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Casa do Menino Jesus de Praga

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
(Déficit) do exercício		(741.829)	(226.988)
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação	17	813.259	759.103
Provisão para contingências	12	(42.043)	42.043
Rendimento sobre aplicações financeiras		(15.976)	(15.974)
Receita diferida		(73.473)	(30.000)
Perda por redução ao valor recuperável		-	60.000
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>			
Estoques		91.102	(204.628)
Adiantamentos a fornecedores		14.483	(17.685)
Outras contas a receber		511.777	11.384
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores		(6.585)	73.286
Convênios a realizar		(621.791)	135.482
Outras obrigações		61.246	24.792
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<u>(9.831)</u>	<u>610.815</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras		(17.682)	(425.909)
Aquisição de imobilizado	8	(115.244)	(139.989)
Baixa de imobilizado	8	3.862	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<u>(129.064)</u>	<u>(565.898)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Doações recebidas vinculadas a imobilizações e fundo de reserva	11	-	230.282
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<u>-</u>	<u>230.282</u>
<b>Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(138.896)</u>	<u>275.198</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		337.910	62.712
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		199.014	337.910
<b>Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u><u>(138.896)</u></u>	<u><u>275.198</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Casa do Menino Jesus de Praga (“Entidade”) é uma entidade filantrópica, reconhecida pelo Decreto Federal 50.517/1992, constituída no Brasil, e sua sede está localizada à Rua Nelson Zang, 420, Bairro Intercap, em Porto Alegre - Rio Grande do Sul. A Entidade tem por finalidade promover o bem-estar, a proteção, a assistência e o amparo de crianças desprotegidas, com deficiências cerebrais graves (encefalopatia crônica) e deficiência motora permanente.

Por se tratar de Entidade filantrópica usufrui de isenções fiscais e previdenciárias.

#### **COVID-19**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

Com relação aos efeitos da pandemia mencionados acima, a Entidade adotou procedimentos de isolamento dos seus acolhidos, promovendo uma blindagem completa das dependências da Instituição, vedando qualquer ingresso ou contato de visitantes ou voluntários no ambiente de atendimento dos Acolhidos e que, até o momento, proporcionaram resultados altamente positivos, tanto para os Acolhidos como para a Equipe Técnica.

Até a presente data, não há impactos significativos nas operações e na estrutura patrimonial e financeira da Entidade, de igual modo, os impactos do COVID-19 estão sendo observados para que se for preciso, eventuais medidas sejam tomadas visando o atendimento adequado aos assistidos pela Entidade.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

#### **a. Demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 12 de agosto de 2022.

### **3 Principais políticas contábeis**

#### **a. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

#### **b. Mudanças nas principais políticas contábeis**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, estão descritas a seguir, não houveram impactos relevantes às demonstrações financeiras da Entidade com a entrada em vigor de tais normas:

- (i) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- (ii) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);

Futuros requerimentos a serem observados, mas que não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- (i) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- (ii) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- (iii) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); e
- (iv) IFRS 17 Contratos de Seguros;
- (v) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
- (vi) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8);
- (vii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o numeral mais próximo.

**d. Estimativas contábeis**

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e são revisadas continuamente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o prazo de vida útil e valor residual do ativo imobilizado (nota explicativa 8) e provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa 12). Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**e. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos. Os saldos de disponibilidade de caixa e bancos conta movimento são classificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

**f. Aplicações financeiras**

Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa no médio e longo prazo. Desta forma, não estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa.

**g. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio das compras ou doações recebidas, reduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**h. Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos incorridos na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos demais ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que consiste no custo do ativo deduzido do valor residual.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

Edifícios	37-59 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

**i. Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

**j. Redução ao valor recuperável dos ativos**

No fim de cada exercício, a Entidade analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Entidade estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas.

**k. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo valor histórico o qual não excede o valor líquido de realização.

**l. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**m. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

**n. Reconhecimento das doações, auxílios recebidos e subvenções**

As doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e outros e subvenções destinados ao custeio das suas atividades são contabilizadas em contas de receita no momento de seu recebimento. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da Entidade, são contabilizadas em contas de receita no momento de seu recebimento.

**o. Receita de aluguel de propriedade para investimento**

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida como receita pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

**p. Receita diferida**

A receita diferida é reconhecida quando existem doações vinculadas há um propósito específico, dessa forma sendo condicionadas à construção de um bem ou desenvolvimento de projeto. Sendo assim, a receita oriunda dessas doações é reconhecida de acordo com a realização ou utilização desses bens ou projetos à que está vinculada, permanecendo no passivo da Entidade e sendo realizada na medida em que as condições estão sendo realizadas.

**q. Benefícios de curto prazo aos empregados**

Os benefícios de curto prazo concedidos aos empregados da Entidade incluem, a remuneração fixa (salários) e encargos, férias e 13º salário, vide nota explicativa 18 - Despesas com pessoal. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Entidade tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

**r. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, ou quando são originados pela Entidade.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria.

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, será baixado.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e convenios a realizar.

**(iii) Instrumentos derivativos**

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos e não possuía posição em aberto desses instrumentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão representados conforme abaixo:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixa	5.589	2.357
Banco conta corrente	<u>193.425</u>	<u>335.553</u>
	<u>199.014</u>	<u>337.910</u>

## **5 Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas**

O saldo R\$ 843.631, no ativo circulante (R\$ 866.187 em 2020) refere-se à Certificados de Depósitos Bancários - CDB e quotas de fundos de investimento e estão vinculadas a variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI e a variação das quotas do fundo, mantidas junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Banrisul. As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remuneradas de 95% a 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O saldo de R\$ 1.293.728 no ativo não circulante refere-se a aplicações financeiras vinculadas ao Fundo de Reserva (R\$ 1.237.516 em 2020) registrado no Patrimônio Social da Entidade.

O Fundo de Reserva da Entidade foi aprovado e regulamentado em Assembléia Geral Ordinária, conforme Artigo 31, § XI do Estatuto Social da Entidade, de 30 de novembro de 2016, com a finalidade de garantir a manutenção e o pleno funcionamento da Entidade.

## **6 Recursos vinculados a projetos**

Em 18 de maio de 2017, a Entidade celebrou um convênio com a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando disponibilizar 10 vagas para acolhimento permanente de

crianças e adolescentes portadores de deficiências múltiplas. O prazo de vigência e execução do objeto bem como a aplicação dos recursos será de 36 meses, a partir da data do contrato. Para consecução dos objetivos previstos, a Secretaria de Saúde do Estado obriga-se a transferir à Entidade 24 parcelas mensais de R\$ 80.000 e 12 parcelas mensais de R\$ 90.000, totalizando ao final o montante de R\$ 3.000.000. Para o referido convênio havia saldo de R\$ 205.994 referente ao ano de 2019, no exercício de 2020 foram recebidos R\$ 1.174.512 e no exercício de 2021, foram recebidos R\$ 1.082.340, totalizando R\$ 2.462.846, dos quais R\$ 1.227.506 foram aplicados no atendimento ao convênio no exercício de 2020 e R\$ 1.182.456 foi aplicado no exercício de 2021, refletindo esse saldo no resultado do exercício do referido período em contas de receita e despesa de acordo com a natureza da operação. Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o montante de R\$ 52.943 (R\$ 153.000 em 2020) em aplicações financeiras no ativo e a contra partida da obrigação, reconhecida em seu passivo, vinculadas a este convênio.

No decorrer do ano de 2020 a Entidade celebrou um convênio com a Prefeitura de Porto Alegre e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), objetivando a manutenção das atividades e serviços da Casa do Menino Jesus de Praga, no que tange o pagamento de pessoal e encargos, no exercício de 2020 o valor recebido foi de R\$ 910.432, para o exercício de 2021 o valor recebido foi de R\$ 703.230. A Entidade realizou a utilização de todo esse recurso durante o exercício de 2021 refletindo esse saldo no resultado do exercício do referido período em contas de receita e despesa de acordo com a natureza da operação.

Existem ainda outros 5 projetos em andamento, cujo valor total em conta representa R\$ 153.861 (R\$ 627.516 em 31 de dezembro de 2020) e obrigações no passivo no que tange a R\$ 346.012 (R\$ 967.803 em 31 de dezembro e 2020). Abaixo, os valores total estão representados.

<b>Ativo</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Convênio Secretaria da Saúde RS	52.943	153.000
Outros Convênios	153.861	627.516
	<u>206.804</u>	<u>780.516</u>
<b>Passivo</b>		
Convênio Secretaria da Saúde RS	52.884	153.000
Outros Convênios	293.128	814.803
	<u>346.012</u>	<u>967.803</u>

## **7 Estoques**

Os saldos de estoques estão representados conforme abaixo:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Alimentos não perecíveis	11.628	11.145
Alimentos especiais	53.167	129.180
Fraldas/absorventes	91.050	72.077
Materiais e utensílios descartáveis	107.943	133.632



Material de limpeza	19.146	17.593
Medicamentos	<u>45.505</u>	<u>55.913</u>
	<u>328.439</u>	<u>419.540</u>

## 8 Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado está assim composto:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	8.269.009	(1.227.841)	7.041.168	8.216.266	(897.602)	7.318.665
Máquinas e equipamentos	2.454.795	(798.156)	1.656.640	1.963.726	(582.772)	1.414.015
Equipamentos de informática	227.759	(131.381)	96.378	155.758	(99.039)	56.703
Móveis e utensílios	484.479	(181.446)	303.034	417.061	(139.413)	277.648
Veículos	265.939	(237.906)	28.033	265.939	(193.626)	72.313
Instalações	453.232	(163.506)	289.725	425.403	(119.920)	305.483
Imobilizado em andamento	130.746	-	130.746	33.035	-	33.045
	<u>12.285.959</u>	<u>(2.740.235)</u>	<u>9.545.724</u>	<u>11.477.188</u>	<u>(2.032.372)</u>	<u>9.444.827</u>

### a) Movimentação no custo do ativo imobilizado

Custo	Saldo em			Perdas por redução ao valor recuperável	Transferências	Saldo em
	31/12/2019	Adições	Baixas			
Terrenos	60.000	-	-	(60.000)	-	-
Edificações	8.216.266	-	-	-	-	8.216.266
Máquinas e equipamentos	1.870.285	93.441	-	-	-	1.963.726
Equipamentos de informática	148.102	7.656	-	-	-	155.758
Móveis e utensílios	411.214	5.847	-	-	-	417.061
Veículos	265.939	-	-	-	-	265.939
Instalações	425.403	-	-	-	-	425.403
Imobilizado em andamento	-	33.045	-	-	-	33.045
	<u>11.397.210</u>	<u>139.989</u>	<u>-</u>	<u>(60.000)</u>	<u>-</u>	<u>11.477.199</u>

  

Custo	Saldo em			Perdas por redução ao valor recuperável	Transferências	Saldo em
	31/12/2020	Adições	Baixas			

Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edificações	8.216.265	-	-	-	52.743	8.269.009
Máquinas e equipamentos	1.963.726	491.068	-	-	-	2.454.795
Equipamentos de informática	155.758	75.863	(3.860)	-	-	227.759
Móveis e utensílios	417.061	67.418	-	-	-	484.479
Veículos	265.939	-	-	-	-	265.939
Instalações	425.403	-	-	-	27.829	453.232
Imobilizado em andamento	33.045	178.273	-	-	(80.572)	130.746
	<u>11.477.199</u>	<u>812.621</u>	<u>(3.860)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.285.959</u>

## b) Movimentação da depreciação acumulada

Depreciação	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Edificações	568.950	328.651	-	-	897.601
Máquinas e equipamentos	403.253	179.519	-	-	582.772
Equipamentos de informática	75.072	23.400	-	-	98.472
Móveis e utensílios	101.428	37.985	-	-	139.413
Veículos	149.345	44.848	-	-	194.193
Instalações	77.380	42.540	-	-	119.920
	<u>1.375.428</u>	<u>656.943</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.032.372</u>

Depreciação	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Edificações	897.601	330.239	-	-	1.227.840
Máquinas e equipamentos	582.772	215.383	-	-	798.156
Equipamentos de informática	99.040	36.204	(3.860)	-	131.382
Móveis e utensílios	139.413	42.032	-	-	181.446
Veículos	193.625	44.281	-	-	237.906
Instalações	119.920	43.585	-	-	163.508
	<u>2.032.372</u>	<u>711.724</u>	<u>(3.860)</u>	<u>-</u>	<u>2.740.235</u>

### Reconhecimento de receita atrelado à depreciação de imobilizado

A Entidade possui em seu ativo imobilizado, placas solares fotovoltaicas, adquiridas no ano de 2019, para geração de energia elétrica para toda a Casa, recebidas em doação através da Lei da Solidariedade, relacionado ao acordo firmado em 31 julho de 2018 descrito na nota explicativa 6. O valor total do ativo é R\$ 300.000, ele será depreciado pelo prazo esperado de vida útil (10 anos), assim como terá a receita oriunda dessa doação igualmente reconhecida por esse prazo, conforme determina o CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. Os saldos decorrentes dessa operação estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2021:

#### Ativo

Imobilizado	
Placas solares fotovoltaicas	300.000

Pronas	542.560
Fasc	18.734
Depreciação acumulada	(128.302)
<b>Saldo a depreciar</b>	<b>732.992</b>
<b>Resultado</b>	
Receita com subvenção de imobilizado	30.000
Pronas	41.770
Fasc	1.298
Despesa com depreciação	<u>(73.068)</u>
<b>Passivo</b>	
Receita diferida	<u>869.075</u>
Circulante	89.858
Não Circulante	779.217

## 9 Propriedades para investimento

Em 19 de março de 2013, a Entidade, e outras nove entidades beneficentes, receberam em doação 1/20 avos do imóvel situado na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Bairro Jardim de Carvalho, conforme Escritura Pública transmitida por J.M. Imóveis Ltda., cujo valor de avaliação correspondente a Entidade, foi de R\$ 2.000.000, o que aumentou o valor dos ativos e consequentemente o patrimônio social de forma significativa nos exercícios anteriores. Conforme termos da Escritura Definitiva, o imóvel doado possui cláusulas restritivas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade, e a Entidade passou a usufruir dos valores dos aluguéis correspondentes a partir de 15 de setembro de 2015, sendo que até essa data todas as obrigações relativas ao imóvel foram atendidas pelo doador.

O contrato de locação estabelecido possui prazo de 50 anos (término em 31 de janeiro de 2062), com reajuste anual indexado ao índices de preços ao consumidor (INPC).

Em 1º de julho de 2019, a Entidade firmou um contrato de locação não residencial com a empresa PACTO/POA – Programa de Auxílio Comunitário Terapêutico de Porto Alegre, tendo como objeto de locação a antiga sede, situada na Rua Nelson Zang, 285, bairro Partenon, na cidade de Porto Alegre, RS, pelo prazo de três anos e com o valor mensal de aluguel de R\$ 2.800, com reajuste anual de acordo com a variação, desde que positiva, do índice IGP-M, ou na sua falta, outro que venha substituí-lo.

A movimentação da conta de propriedades para investimento está apresentada abaixo:

	<b>Saldos em</b>	<b>Saldos em</b>
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Imóveis	2.554.000	2.554.000
Terreno	170.000	170.000

Depreciação acumulada	(826.200)	(724.040)
	<u>1.897.800</u>	<u>1.999.960</u>

## 10 Obrigações sociais e trabalhistas

Durante o ano de 2021 e 2020, a composição destas obrigações foram como segue:

Descrição:	2021	2020
Salários a pagar	1	5.123
INSS a Recolher - Folha de pagamento	37.541	19.154
FGTS a Pagar	25.777	22.154
Provisões de férias	292.493	256.268
Outros	<u>3.628</u>	<u>264</u>
Total	<u>359.439</u>	<u>302.963</u>

## 11 Doações vinculadas

As doações recebidas para o fundo de reserva foram aprovadas e regulamentadas em Assembléia Geral Ordinária, conforme Artigo 31, § XI do Estatuto Social da Entidade, de 30 de novembro de 2016, com a finalidade de garantir a manutenção e o pleno funcionamento da Entidade, esses recursos só podem ser utilizados quando deliberado pelo Conselho de Administração da Entidade a finalidade da sua utilização.

As doações recebidas, que são encaminhadas para o fundo de reserva, são contabilizadas diretamente em contas de receita, a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, estes saldos eram contabilizados diretamente no patrimônio social da entidade, conforme definido no seu Regimento Interno.

A entidade não recebeu doações para o Fundo de reserva em 2021, dessa forma o sado apresentado na rubrica das doações recebidas para o Fundo de reserva compõem-se de R\$ 200.000 em 2020, registradas no patrimônio social. O valor de R\$ 230.282 é composto pelos valores de R\$ 200.000 relacionados às doações e R\$ 30.282 provenientes dos rendimentos das aplicações desses valores.

## 12 Provisão para contingências

A Entidade possui processos administrativos em andamento referente a causas trabalhistas e causas cíveis, para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para riscos em função dos mesmos terem sido classificados com probabilidade de perda possível e remoto (R\$ 42.043 em 31 de dezembro de 2020). Há valores classificados com o risco de perda possível para as contingências cíveis no montante de R\$ 34.632 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.119 em 31 de dezembro de 2020). A Entidade possui depósito judicial no montante de R\$ 12.000 (R\$ 30.000 em 31 de dezembro de 2020).

## 13 Patrimônio líquido

### a. Patrimônio social

Compreende o patrimônio social inicial acrescido dos valores dos superávits e/ou déficits, doações de imóveis, doações vinculadas à construção da nova sede e saldo do custo atribuído que

vem sendo realizado através do lançamento na conta de realização de ajuste de avaliação patrimonial. A Entidade não distribui qualquer parcela de seus resultados e não remunera sua Diretoria a qualquer título ou pretexto.

**b. Ajuste de avaliação patrimonial**

Refere-se a reavaliação de dois imóveis e de uma gleba urbana de propriedade da Entidade, classificados na rubrica de propriedade para investimento. A referida reavaliação foi efetuada de forma voluntária pela empresa SETAE - Serviços Técnicos de Avaliações e Engenharia Ltda., que emitiu laudo de avaliação datado de 31 de dezembro de 2007.

**14 Receitas operacionais**

As doações, auxílios e subvenções recebidas apresentadas na demonstração da apuração do superávit ou déficit são originados de doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e outros, e subvenções destinadas ao custeio das suas atividades e foram aplicados em suas finalidades institucionais, previstas em seu estatuto. A Entidade não cobra para abrigar e manter as crianças.

Durante o ano de 2021 e 2020, a composição destas receitas foram como segue:

Descrição		2021	2020
Doações diversas (A)		1.374.538	1.381.723
Doações CMDCA (B)		703.230	910.432
Doações legionários (C)		1.353.072	1.323.234
Subvenções do INSS (D)		397.701	374.060
Convênio FASC (E)		700.793	591.704
Trabalho voluntário (F)		25.430	30.781
Convênio Prefeituras (G)		144.780	145.600
Convênio S.E.S. (H)		1.182.456	1.227.505
Convênio STAS (I)		<u>34.200</u>	<u>31.500</u>
Total		<u>5.916.201</u>	<u>6.016.539</u>

- (A) As doações diversas são receitas sazonais que não se enquadram em nenhuma das outras classificações;
- (B) As doações CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - são receitas proveniente do programa Federal (Funcriança) pelo qual as pessoas físicas, que declaram o Imposto de Renda pelo modelo completo ou jurídicas, que estão enquadradas no regime do lucro real, podem fazer doações e abatê-las diretamente no Imposto de Renda devido;
- (C) As doações dos legionários são receitas provenientes de doações recebidas por pessoas físicas ou jurídicas diretamente na casa ou através de depósitos em conta corrente;
- (D) As subvenções do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social - são receitas provenientes do benefício do INSS que corresponde a um salário mínimo por criança.
- (E) As doações FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania são receitas provenientes do programa do governo Municipal e Federal que visa atender pessoas com deficiências. O benefício ocorre para dez acolhidos através de um valor estipulado para cada um.
- (F) Os trabalhos voluntários foram reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço.
- (G) Convênio com Prefeitura de Três Coroas - RS referente atendimento de acolhido.
- (H) Convênio Secretaria Estadual da Saúde.
- (I) Convênio STAS (Secretaria do Trabalho e Assistência Social) - Programa Nota Fiscal Gaúcha.

## 15 Outras receitas e despesas líquidas

Durante os anos de 2021 e 2020 a composição destas receitas foram como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receitas de aluguéis	166.129	158.915
Despesa com trabalho voluntário (a)	(25.430)	(30.781)
Outras despesas	<u>(627)</u>	<u>(60.049)</u>
Outras receitas/despesas líquidas	<u>140.072</u>	<u>68.085</u>

- (a) As despesas com voluntários referem-se basicamente à despesas com alimentação, vestuário e materiais necessários para cuidado dos abrigados.

## 16 Despesas com abrigados

Durante os anos de 2021 e 2020 a composição de despesas com os abrigados foram como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas com alimentação	332.899	313.224
Despesas médicas, ambulatoriais e correlatas	828.904	642.185
Despesas com material de higiene e limpeza	196.158	199.865
Despesas com educação	-	5.032
Despesas com transporte	12.861	14.600
Outros	<u>13.514</u>	<u>55.299</u>
	<u>1.384.335</u>	<u>1.230.206</u>

O total das despesas com abrigados abrange todos os tipos de gastos necessários para manter o bem-estar das crianças cuidadas pela Entidade, desde alimentação a despesas com a estrutura da Entidade.

## 17 Despesas administrativas

Durante os anos de 2021 e 2020 a composição de despesas administrativas foram como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas com utilidades	590.210	561.922
Despesas com manutenção e conservação	174.508	170.670
Despesas com divulgação/ comunicação	12.797	5.524
Despesas com correspondência	12.223	15.048
Despesas com combustíveis/ lubrificantes	11.421	7.818
Despesas com serviços de terceiros	121.927	126.870
Despesas com depreciação e amortização	813.259	759.103
Outros	<u>41.060</u>	<u>53.088</u>
	<u>1.777.405</u>	<u>1.700.043</u>

## 18 Despesas com pessoal

Durante os anos de 2021 e 2020 a composição de despesas com pessoal forma como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas com salários	2.472.651	2.237.259
Despesas com férias e 13º salário	534.888	477.573
Despesas com benefícios	207.570	204.763
Despesas com rescisões e indenizações	177.040	168.373
FGTS	237.218	211.459
Outros	<u>60.233</u>	<u>59.281</u>
	<u>3.689.601</u>	<u>3.358.708</u>

## 19 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento dos riscos financeiros

#### *Visão geral*

A Entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Entidade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do Patrimônio Social da Entidade.

#### *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho Administração da Entidade tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

#### *Riscos de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente dos instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

#### *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório foi:

	<b>Valor contábil</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixa e equivalentes de caixa	199.014	337.910
Aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos	1.050.434	1.646.703
Aplicações financeiras vinculadas	<u>1.293.728</u>	<u>1.237.516</u>
Total	<u>2.543.177</u>	<u>3.222.129</u>

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade possui obrigações com fornecedores, as quais possuem liquidações estipuladas dentro dos próximos doze meses. Em 31 de dezembro de 2021 o montante era de R\$ 103.058 (R\$ 109.642 em 31 de dezembro de 2020).

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Ao final do período de relatório, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros como reportado à Administração da Entidade era:

	<u>Valor contábil</u>	
	2021	2020
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	199.014	337.910
Aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos	1.050.434	1.646.703
Aplicações financeiras vinculadas	<u>1.293.728</u>	<u>1.237.516</u>
<b>Total de ativos financeiros</b>	<u><b>2.543.177</b></u>	<u><b>3.222.129</b></u>
<b>Passivo financeiros</b>		
Fornecedores	(103.058)	(109.642)
Convênios a realizar	<u>(346.012)</u>	<u>(967.803)</u>
<b>Total de passivos financeiros</b>	<u><b>449.070</b></u>	<u><b>(1.077.445)</b></u>

	<u>Valor contábil</u>	
	2021	2020
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
Ativos financeiros	199.014	337.910
Passivos financeiros	(103.058)	(109.642)
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Ativos financeiros	2.356.163	2.884.219



## **Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável**

Uma alteração de 1 (um) ponto percentual na base na taxa de juros CDI, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio social e o déficit do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

**2021**

	<u>Superávit ou (déficit) do exercício e Patrimônio Social</u>	
	1 p.p. aumento	1 p.p. diminuição
Instrumentos de taxa variável		
<b>Resultado líquido</b>	<u>23.562</u>	<u>(23.562)</u>

**2020**

	<u>Superávit ou (déficit) do exercício e Patrimônio Social</u>	
	1 p.p. aumento	1 p.p. diminuição
Instrumentos de taxa variável	<u>28.842</u>	<u>(28.842)</u>
<b>Resultado líquido</b>	<u>28.842</u>	<u>(28.842)</u>

## Classificações contábeis

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
	2021			2020		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos	199.014	-	199.014	337.910	-	337.910
Aplicações financeiras vinculadas	-	1.050.434	1.050.434	-	1.646.703	1.646.703
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>1.293.728</b>	<b>-</b>	<b>1.293.728</b>	<b>1.237.516</b>	<b>-</b>	<b>1.237.516</b>
	<b>1.293.728</b>	<b>1.249.449</b>	<b>2.543.177</b>	<b>1.237.516</b>	<b>1.544.827</b>	<b>3.222.129</b>
<b>Passivo financeiros</b>						
Fornecedores						
Convenios a realizar	(103.058)	-		(109.642)	-	-
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>(346.012)</b>			<b>(967.803)</b>		<b>-</b>
	<b>(449.070)</b>	<b>-</b>		<b>(1.077.445)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### Valor justo

O justo valor dos ativos e passivos financeiros divulgados nas demonstrações financeiras representam a melhor estimativa de valor justo para esses ativos e passivos.

	Hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		2021		2020	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	(2)	199.014	199.014	337.910	337.910
Aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos	(2)	1.050.434	1.050.434	1.646.703	1.646.703
Aplicações financeiras vinculadas		1.293.728	1.293.728	1.237.516	1.237.516
<b>Total de ativos financeiros</b>		<b>2.543.177</b>	<b>2.543.177</b>	<b>3.222.129</b>	<b>3.222.129</b>
<b>Passivo financeiros</b>					
Fornecedores		(103.058)	(103.058)	(109.642)	(109.642)
Convênios a realizar		(346.012)	(346.012)	(967.803)	(967.803)
<b>Total de passivos financeiros</b>		<b>(449.070)</b>	<b>(449.070)</b>	<b>(1.077.445)</b>	<b>(1.077.445)</b>

### Hierarquia do valor justo

A Entidade usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## **20 Seguros**

A Entidade mantém seguros para os veículos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros:

<b>Modalidade</b>	<b>Importância segurada</b>
Sinistro sobre veículos Danos materiais (seguro predial)	100% tabela FIPE para a Spin e contra terceiros para a Kombi e Ducato R\$ 12.000.000

## **21 Imunidade tributária**

A Entidade é immune à incidência de impostos por força do artigo 150, inciso VI, alínea “c” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1.988.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado por meio da sua escrituração contábil.

Em 20 de janeiro de 2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 1, item 2, de 17 de janeiro de 2020, que deferiu o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social da Área da Saúde – CEBAS da Casa do Menino Jesus de Praga, para o período de 14 de agosto de 2019 a 13 de agosto de 2022.

O parágrafo 2º do artigo 24 da Lei nº 12.101, de 2009, determina que a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente aprovado.